

Frederico Mazzuchelli

12 Junho 1989

A década de 80, desde uma perspectiva geral, apresenta resultados preocupantes para a economia brasileira. A sustentação do crescimento econômico, a inserção do país no contexto internacional, a modernização tecnológica, a incorporação de parcelas expressivas da população e a distribuição de renda são questões que não encontram ainda um equacionamento mínimo.

Há quase um consenso de que a década de 80 foi para o Brasil uma década perdida. Alguns números podem nos dar a dimensão do problema: a taxa média anual de crescimento do PIB entre 1980 e 1988 foi de 3,4%, o que significa um crescimento do PIB *Per Capita* inferior a 1% ao ano. Do ponto de vista do emprego, o nível de ocupação industrial na Grande São Paulo em 1988 é inferior ao de 1980. Quer dizer, o setor industrial, o mais dinâmico da economia, não vem sendo capaz de gerar empregos e incorporar novas parcelas da população ao mercado industrial de trabalho. Isso em um país em que a população terá, ao final de 1988, 29 milhões de pessoas a mais do que no início de 1980.

As perspectivas que se anunciam para o futuro próximo também não são promissoras. Por mais bem-sucedida que seja a década de 90, o retrocesso dos anos 80 será sentido de modo inelutável.

Estes anos evidenciaram o impacto da *crise da dívida* e da *crise fiscal*, com o conseqüente agravamento da instabilidade econômica. A inflação alcançou patamares inusitados e o país se transformou em exportador líquido de capitais. É importante salientar que os principais problemas que afetam a economia brasileira — cujo eixo central são a crise fiscal e a crise da dívida — são fenômenos gestados ao longo dos anos 70.

Nestes anos, o padrão de financiamento da economia centrou-se de modo preponderante no endividamento externo. Através destes empréstimos foi possível financiar não só o déficit em transações correntes como também o desequilíbrio financeiro do setor público.

No final da década, este padrão de financiamento começa a dar sinais de exaustão, com a elevação das taxas de juros internacionais e o segundo choque do petróleo.

No início dos anos 80, com a progressiva deterioração das contas externas, a política econômica se volta para a geração de superávits comerciais de modo a atender o serviço da dívida externa. É o chamado *ajustamento passivo* à crise, que compromete o crescimento e desarticula completamente o setor público.

A partir de 1982, depois da moratória mexicana, cessa o fluxo de recursos voluntários para os países endividados. É o ponto final do padrão de financiamento centrado no endividamento externo. No Brasil acentua-se a política de ajustamento

na medida em que o país transforma-se em exportador líquido de capitais. Para viabilizar a transferência de recursos financeiros impõe-se o crescimento da transferência de recursos reais.

O colapso do financiamento externo, por outro lado, força o governo à ampliação do endividamento interno com reflexos sobre a taxa de juros e o comportamento dos agentes. O estoque da dívida do setor público passa a condensar os principais desequilíbrios (externo e interno) da economia brasileira.

Configura-se um quadro potencialmente disruptivo, que tende a levar os agentes e a política econômica ao imobilismo. O setor privado torna-se credor do setor público e, líquido, não investe, acarretando perda de eficiência com risco de desativação tecnológica. O sistema financeiro ajusta-se à nova realidade, transformando-se em mero operador de dívida pública mobiliária. A indexação elimina o risco, garantindo, aos setores empresariais, boa convivência com a inflação. O setor público, subfinanciado, também não investe. Além disso, ao nível da política econômica, têm-se sérios constrangimentos:

- Uma política cambial ativa deteriora as contas públicas e agrava a inflação;
- Uma política monetária ativa deteriora as contas públicas, desestimula os investimentos, contrai o consumo e não necessariamente reduz a liquidez;
- O saldo comercial pressiona as contas públicas;
- O crescimento interno compromete o saldo comercial;
- Uma política fiscal contracionista compromete o crescimento e os investimentos de cunho social e não resolve o desequilíbrio financeiro do setor público.

A única tentativa de enfrentamento da atual crise em seus pontos estruturais, o Plano Cruzado, não obteve o apoio político necessário no momento certo. O fracasso do Cruzado não se deu por *imperfeições técnicas*. Fracassou pela fragilidade da base de sustentação política, e aí não há como negar a omissão do próprio PMDB. O desgaste resultante deste processo comprometeu propostas conseqüentes de enfrentamento de crise fiscal e de crise da dívida: o aumento seletivo da carga fiscal, a redução do custo da dívida mobiliária, a revisão dos incentivos e subsídios, a *holding* das estatais, o FND, a reforma administrativa, a reforma financeira e a redução das transferências de recursos ao exterior são propostas a serem recuperadas pelo PMDB. Sem a sua implementação, o país não voltará a percorrer uma trajetória de crescimento sustentado.

O contexto político circunscreve os limites da política econômica. Não há dúvidas de que se tornou necessário alterar a correlação política para que se possam descortinar novas opções de política econômica.

Frederico Mazzuchelli é economista e secretário do Planejamento do Estado de São Paulo.